

# DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS POSTOS FORMAIS DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2014<sup>1</sup>

Lauro Mattei<sup>2</sup>

## Resumo

Este estudo analisa a evolução dos postos formais de trabalho nas seis mesorregiões do estado de Santa Catarina entre 2001 e 2014. No início do século atual o emprego formal cresceu a taxas muito superiores às da PEA ocupada, o que contribuiu para a redução da informalidade que havia se expandido na última década do século XX. Isto fez com que Santa Catarina se situasse dentre as unidades da federação com as maiores taxas de emprego formalizado do país. Esta situação, porém, apresenta algumas diferenças entre as seis mesorregiões, particularmente em termos de alguns quesitos considerados. Neste caso, destaca-se a dinâmica setorial, o nível de escolaridade e a participação segundo o gênero. Todavia, prevalecem problemas relativos à remuneração, uma vez que, embora o nível de escolaridade tenha sido ampliado expressivamente, o correspondente não ocorreu com o nível salarial.

**Palavras-chave:** Santa Catarina; Postos Formais de Trabalho; Mesorregiões.

**Área Temática:** Demografia, Espaço e Mercado de trabalho.

## INTRODUÇÃO

A política econômica adotada durante a década de 1990 promoveu a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e a privatização das empresas estatais. Especificamente no mundo do trabalho, ocorreram mudanças na legislação trabalhista, enfraquecimento dos sindicatos, expansão do desemprego e ampliação das ocupações informais. Com isso, ao final de tal década o desemprego aumentou significativamente, uma vez que em todo o período a geração de emprego não conseguiu acompanhar o crescimento do PIB do país. Segundo Cardoso (2004), a abertura econômica indiscriminada patrocinada pelo governo FHC e a distribuição internacional do trabalho na economia mundial explicam muito desse comportamento adverso.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no X Encontro de Economia Catarinense realizado na FURB, em maio de 2016.

<sup>2</sup> Professor do curso de Graduação em Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambas do UFSC, e coordenador do NECAT-UFSC. Email: [l.mattei@ufsc.br](mailto:l.mattei@ufsc.br). Agradeço ao bolsista do PIBIC/CNPq/UFSC Leonardo Regis pela organização das informações.

No início do século XXI houve uma inversão das tendências da década anterior, uma vez que predominaram as ocupações formais no mercado de trabalho brasileiro. Com isso, a taxa de desemprego parou de crescer, ao mesmo tempo em que os empregos informais pararam de aumentar para dar espaço a um processo de formalização dos postos de trabalho que vem crescendo com certa intensidade (BALTAR, 2010; CEPAL, 2008).

No Governo Lula (2003-2010), estes resultados se intensificaram devido às prioridades dadas no campo social, com a reestruturação das políticas de emprego, valorização dos salários e ampliação dos programas sociais para combater a pobreza, tais como Fome Zero e Bolsa Família (PRONI e ROCHA, 2010).

Segundo Pochmann (2011), a partir do ano de 2003 o Brasil evitou o aprofundamento do grau de desestruturação do mercado de trabalho. Contribuíram para isso, a implementação de algumas políticas, como a lei geral da micro e pequena empresa e a lei do empreendedor individual, as quais permitiram que houvesse uma crescente expansão da formalização do mercado de trabalho. Essa expansão dos empregos formais reflete a retomada contínua do crescimento econômico com ênfase na dinamização do mercado interno.

Este estudo tem como objetivo analisar a evolução do mercado formal de trabalho em Santa Catarina entre 2001 e 2014, procurando compreender melhor sua espacialidade. Para tanto, além desta breve introdução, o artigo é composto por mais três seções. Na primeira delas são discutidas as características gerais do mercado formal de trabalho catarinense, com ênfase na participação das mesorregiões. A segunda seção discute a dinâmica dos postos formais de trabalho em cada uma das seis mesorregiões do estado, procurando destacar as principais tendências. Finalmente, na terceira seção são elencadas algumas conclusões do estudo, com destaque para as principais tendências do emprego formal no âmbito regional.

## **1-BREVES NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO RECENTE DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA E SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL**

Após a recuperação das atividades econômicas no país a partir do ano de 2003, os reflexos sobre a economia catarinense foram sentidos imediatamente, sendo que um dos resultados mais visíveis foi a expansão das relações de trabalho formalizadas. Com

isso, o estado catarinense voltou a se situar entre as unidades de federação que possuem os maiores percentuais de emprego formal. A estrutura produtiva diversificada, a expressiva produção industrial ainda presente no sistema econômico e a expansão do setor terciário, transformaram o estado de Santa Catarina numa das mais importantes unidades da federação, em termos de formalização das relações de trabalho. O resultado foi que o número absoluto de empregos formais no estado passou a superar, inclusive, o percentual do país, com evolução crescente do total de empregados com carteira assinada.

A tabela 1 apresenta o número absoluto dos empregos formais no estado no início do século XXI. Nota-se inicialmente que entre 2001 e 2014 os postos formais de trabalho cresceram a uma taxa média de 5,30% ao ano. Com isso, o total de empregos formais do estado aumentou de 1.155.712, em 2001, para 2.273.933, em 2014, significando um aumento absoluto de 1.118.221 PFT no período considerado.

**Tabela 1: Distribuição dos Postos Formais de Trabalho em Santa Catarina entre 2001 e 2014**

<b>Ano</b>	<b>Total</b>
<b>2001</b>	1.155.712
<b>2002</b>	1.235.612
<b>2003</b>	1.292.407
<b>2004</b>	1.406.247
<b>2005</b>	1.486.969
<b>2006</b>	1.598.454
<b>2007</b>	1.697.800
<b>2008</b>	1.777.604
<b>2009</b>	1.838.334
<b>2010</b>	1.969.654
<b>2011</b>	2.061.577
<b>2012</b>	2.103.002
<b>2013</b>	2.210.927
<b>2014</b>	2.273.933
<b>Taxa %a.a.</b>	<b>5,30%</b>

Fonte: RAIS; Elaboração NECAT

Comparativamente à última década do século anterior, observa-se que a geração de postos formais de trabalho entre 2001 e 2014 foi praticamente dez vezes superior, ou seja, para cada mil empregos formais criado nos anos de 1990 foram criados dez mil empregos no período analisado.

A tabela 2 apresenta a participação relativa e absoluta dos postos formais de trabalho de cada mesorregião no conjunto do estado entre 2001 e 2014. Inicialmente nota-se que, comparativamente à taxa de crescimento estadual dos PFT, apenas as mesorregiões do Vale do Itajaí e da Grande Florianópolis apresentaram taxas superiores ao parâmetro estadual, enquanto outras quatro delas (Norte, Sul, Oeste e Serrana) tiveram desempenho inferior. Neste aspecto, merece destaque a mesorregião do Vale do Itajaí, que apresentou a maior taxa de crescimento no período considerado.

A taxa de crescimento bastante expressiva (5,71%) do Vale do Itajaí pode estar relacionada à reação dos setores econômicos diante dos fortes impactos da reestruturação produtiva ocorrida na década de 1990. Tal região se recuperou economicamente e passou a dominar o processo de geração de postos formais de trabalho no estado catarinense, tanto em termos absoluto como relativo. Em termos relativos, sua participação no agregado estadual aumentou quase um ponto percentual, fazendo com que passasse a responder por mais de 25% de todos os postos formais do estado no último ano da série.

**Tabela 2:** Distribuição dos PFT por Mesorregião entre 2001 e 2014

MESORREGIÕES	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
OESTE	189.890	16,43%	379.546	16,69%	<b>5,25%</b>
NORTE	230.314	19,93%	433.857	19,08%	<b>4,87%</b>
SERRANA	59.222	5,12%	100.355	4,41%	<b>3,71%</b>
VALE DO ITAJAÍ	288.482	24,96%	585.113	25,73%	<b>5,71%</b>
GRANDE FPOLIS	241.749	20,92%	495.392	21,79%	<b>5,65%</b>
SUL	146.055	12,64%	279.670	12,30%	<b>5,25%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.155.712</b>	<b>100%</b>	<b>2.273.933</b>	<b>100%</b>	<b>5,30%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

A mesorregião da Grande Florianópolis, contendo a segunda maior taxa anual de crescimento dos PFT, passou a ser a segunda região do estado com o maior número de trabalhadores formalizados. Em termos absolutos, mais que dobrou o número desses postos de trabalho ao longo do período considerado.

Já a mesorregião Norte, apesar de manter um volume elevado de PFT, apresentou uma ligeira redução de sua participação percentual no agregado estadual. Isso repercutiu sobre a taxa anual de crescimento deste tipo de emprego, a qual foi a

segunda menor dentre todas as mesorregiões do estado. Mesmo assim, essa mesorregião se manteve ainda como a terceira maior empregadora formal do estado.

Com isso, se somarmos os dados absolutos dessas três mesorregiões (Vale do Itajaí, Norte e Grande Florianópolis) no último ano da série considerada, chegamos ao total de 1.514.092 PFT. Em termos percentuais, significa que nestas três mesorregiões estão localizados aproximadamente 66,5% de todos os PFT do estado de Santa Catarina.

A mesorregião Oeste apresentou o mesmo comportamento das regiões anteriores, ou seja, ampliou sua participação no agregado estadual. Com isso, ao final do período considerado a região aumentou em mais de 189 mil PFT. Isso significou uma taxa anual de crescimento de crescimento da ordem de 5,25%.

Em sentido oposto, nota-se o comportamento das demais mesorregiões. A região Sul, embora apresentasse taxa anual de crescimento bem significativa ao longo do período considerado (5,25%), acabou reduzindo sua participação percentual no contexto estadual. Em termos absolutos, nota-se que sequer dobrou o número de PFT ao longo da série considerada.

Por fim, a mesorregião Serrana apresentou a menor taxa anual de crescimento ao longo do período considerado (3,71%), demonstrando que aquele espaço geográfico ainda pode estar sofrendo os efeitos de um processo de reestruturação econômica, os quais se explicitam na baixa participação da mesma no conjunto do emprego formal do estado. Com isso, no período entre 2001 e 2014 foram gerados apenas 41 mil PFT.

Essas distintas realidades fizeram com a participação relativa de cada uma dessas mesorregiões no agregado estadual apresentasse comportamento bem diferente. De um lado, nota-se que três mesorregiões (Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Oeste) apresentaram aumento, mesmo que modesto, na participação sobre o total estadual. De outro, três mesorregiões (Norte, Sul e Serrana) apresentaram reduções, ainda que modestas, da participação relativa no conjunto dos PFT do estado. Especificamente em relação à mesorregião Norte, verifica-se que seu percentual de participação no total estadual ainda continua próximo de 20%.

Este conjunto de informações revela que o processo de recuperação da geração de postos formais no estado de Santa Catarina na última década conformou um padrão desigual entre as mesorregiões. Por um lado, observa-se que naqueles locais onde a reestruturação produtiva dos anos de 1990 foi mais expressiva, como são os casos da mesorregião do Vale do Itajaí e do Sul catarinense, as respostas foram distintas. Enquanto que a primeira mesorregião se recuperou e voltou a liderar a expansão dos

PFT no estado, a segunda apresentou uma ligeira queda em sua participação relativa, revelando que o processo de ajuste no mercado de trabalho desta localidade pode ter sido mais complexo.

Por outro lado, verifica-se que mesorregiões com sistemas econômicos tradicionais, como são os casos da mesorregião Serrana e Oeste, seguem sua trajetória histórica, tendo sido pouco afetadas pela conjuntura da década anterior. Assim, enquanto a primeira reduziu fortemente sua participação, a segunda aumentou. Este comportamento pode ser explicado pelas atividades econômicas em curso em ambos os espaços, sendo que enquanto na primeira prevalece a agropecuária latifundiária e a atividade industrial do ramo do papel e celulose, na segunda observa-se uma forte diversificação da produção agrícola e pecuária, mesmo que sob o domínio de um pequeno número de grandes conglomerados agroindustriais ligados às cadeias do leite, do frango, dos suínos e do fumo.

## **2-A DINÂMICA DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM CADA UMA DAS MESORREGIÕES CATARINENSE**

Depois de analisar a dinâmica dos postos formais de trabalho em cada uma das seis mesorregiões e verificar as principais tendências do emprego formal, é importante aprofundar as análises internamente em cada dessas regiões, com o objetivo de captar a dinâmica e as características do emprego formal em cada uma delas. Esse movimento analítico será feito à luz do comportamento de alguns indicadores que consideramos essenciais na compreensão do mercado formal de trabalho em Santa Catarina.

### **2.1-MESORREGIÃO OESTE**

A Tabela 3 apresenta a evolução dos PFT por setor de atividade no período considerado. Inicialmente observa-se que, mesmo mantendo-se como principal setor empregador de PFT, a indústria de transformação sofreu uma ligeira queda, passando a responder por menos de 34% dos empregos formais. Em sentido contrário, nota-se o crescimento da participação dos setores do comércio e de serviços, que juntos passaram a responder por 45,72% de todos os empregos formais. Se a estes dois setores somarmos as informações relativas à indústria de transformações, verificamos que

quase 80% dos PFT da mesorregião dependem desses três setores de atividade econômica.

**Tabela 3:** Distribuição dos PFT por setor de atividade entre 2001 e 2014

Mesorregião Oeste Catarinense	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Extrativa Mineral	242	0,13%	502	0,13%	<b>6,79%</b>
Ind.Transformação	70.405	37,08%	127.842	33,68%	<b>4,14%</b>
Serv.Ind.Util.Pública	1.825	0,96%	3.609	0,95%	<b>4,57%</b>
Construção Civil	8.747	4,61%	17.471	4,60%	<b>8,12%</b>
Comércio	33.583	17,69%	75.258	19,83%	<b>6,27%</b>
Serviços	42.406	22,33%	98.254	25,89%	<b>6,84%</b>
Adm.Pública	19.375	10,20%	38.486	10,14%	<b>4,43%</b>
Agropecuária	13.307	7,01%	18.124	4,78%	<b>1,58%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>189.890</b>	<b>100%</b>	<b>379.546</b>	<b>100%</b>	<b>5,25%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

Nesta região merece destaque a participação pouco expressiva das atividades agropecuárias e do setor da construção civil. No primeiro caso, explica-se pelo fato de que as atividades informais prevalecem no setor agrícola, especialmente onde a estrutura produtiva familiar é relevante. Já a construção civil parece ser um setor ainda em estruturação, considerando-se que na região, excetuando-se Chapecó, a grande maioria das cidades é de pequeno porte, o que talvez ainda possibilite a permanência da forma clássica de organização desse setor.

A tabela 4 apresenta a evolução da participação de gênero no agregado regional. Nota-se o expressivo crescimento da participação das mulheres ao longo do período analisado, sendo que no último ano da série passaram a responder por 44% de todos os PFT da mesorregião. Em grande parte isso ocorreu porque a taxa de crescimento do emprego formal das mulheres foi mais de 2,5% maior que a dos homens.

**Tabela 4:** Distribuição dos PFT por gênero entre 2001 e 2014

Mesorregião Oeste Catarinense	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Masculino	123.226	64,89%	212.392	55,96%	<b>4,17%</b>
Feminino	66.664	35,11%	167.154	44,04%	<b>6,87%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>189.890</b>	<b>100%</b>	<b>379.546</b>	<b>100%</b>	<b>5,25%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

A tabela 5 apresenta as informações sobre a escolaridade dos trabalhadores empregados formalmente na região. Em primeiro lugar, é preciso destacar a grande mudança ocorrida no grupo de trabalhadores com poucos anos de estudos. Assim,

observa-se que no ano de 2001 mais de 60% dos PFT eram ocupados por pessoas que tinham até o nível fundamental completo. Em 2014 esse percentual caiu para 31,5%, o que pode estar revelando que o mercado está demandando uma mão de obra mais qualificada.

**Tabela 5:** Distribuição dos PFT por escolaridade entre 2001 e 2014

Mesorregião Oeste Catarinense	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
<b>Analfabeto</b>	1.294	0,68%	3121	0,82%	<b>6,13%</b>
<b>Fundamental Incompleto</b>	73.243	38,57%	63416	16,71%	<b>-1,10%</b>
<b>Fundamental Completo</b>	40.511	21,33%	53276	14,04%	<b>1,85%</b>
<b>Médio Incompleto</b>	20.660	10,88%	33798	8,90%	<b>3,09%</b>
<b>Médio Completo</b>	36.734	19,34%	157709	41,55%	<b>11,27%</b>
<b>Superior Incompleto</b>	6.272	3,30%	17640	4,65%	<b>7,49%</b>
<b>Superior Completo</b>	11.176	5,89%	50586	13,33%	<b>11,19%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>189.890</b>	100%	<b>379.546</b>	100%	<b>5,25%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

O reflexo dessa mudança aparece claramente quando analisamos o grande crescimento de trabalhadores com nível médio e superior, tanto completo como incompleto. No primeiro caso (nível médio), nota-se que a participação desse quesito aumentou de 30%, em 2001, para 50,5% em 2014, com destaque para a drástica redução dos trabalhadores com nível médio incompleto. Já a participação dos trabalhadores com ensino superior subiu de 9%, em 2001, para 18%, em 2014, ou seja, praticamente dobrou durante o período considerado.

Mas essa melhoria considerável no nível de escolaridade dos trabalhadores formais não foi acompanhada de uma correspondente melhoria dos níveis salariais, conforme mostra a tabela 6. Assim, nota-se que a grande maioria dos trabalhadores, quase 57% no último ano da série, recebia até dois salários mínimos mensais. Em todas as demais faixas de renda observa-se um movimento inverso, ou seja, ocorreu redução da participação das faixas de renda entre o primeiro e o último ano da série a partir do piso de dois salários mínimos, revelando que a expansão dos PFT se deu fundamentalmente nas faixas com menores salários, mesmo que o nível de escolaridade dos trabalhadores tenha se ampliado. Registre-se, ainda, a expressiva redução no último ano da série da participação das faixas acima de cinco salários mínimos.

**Tabela 6:** Distribuição dos PFT por remuneração entre 2001 e 2014

Mesorregião Oeste Catarinense	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Até 0,5	598	0,31%	1784	0,47%	<b>7,80%</b>
De 0,5 a 1	7.200	3,79%	15571	4,10%	<b>5,62%</b>
De 1,01 a 2	80.239	42,26%	197460	52,03%	<b>6,92%</b>
De 2,01 a 3	54.295	28,59%	87673	23,10%	<b>3,01%</b>
De 3,01 a 5	27.443	14,45%	42817	11,28%	<b>2,98%</b>
De 5,01 a 10	13.716	7,22%	17646	4,65%	<b>1,42%</b>
De 10,01 a 20	4.545	2,39%	4237	1,12%	<b>-1,71%</b>
Mais de 20	1.619	0,85%	719	0,19%	<b>-7,81%</b>
Ignorado	235	0,12%	11639	3,07%	<b>30,39%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>189.890</b>	<b>100%</b>	<b>379.546</b>	<b>100%</b>	<b>5,25%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

## 2.2-MESORREGIÃO SERRANA

A Tabela 7 apresenta a evolução dos PFT por setor de atividade no período considerado. Inicialmente observa-se que, mesmo mantendo-se como um dos principais setores empregadores de PFT, a indústria de transformação sofreu uma ligeira queda, passando a responder por menos de 24% dos empregos formais. Em sentido contrário, nota-se o crescimento da participação dos setores do comércio e de serviços, que juntos passaram a responder por 46,87% de todos os empregos formais. Se a estes dois setores somarmos as informações relativas à indústria de transformações, verificamos que 70% dos PFT da mesorregião dependem desses três setores de atividade econômica.

**Tabela 7:** Distribuição dos PFT por setor de atividade entre 2001 e 2014

Mesorregião Serrana	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Extrativa Mineral	68	0,11%	140	0,14%	<b>5,88%</b>
Ind.Transformação	16.111	27,20%	24.049	23,96%	<b>2,70%</b>
Serv.Ind.Util.Pública	656	1,11%	711	0,71%	<b>0,14%</b>
Construção Civil	2.274	3,84%	4.166	4,15%	<b>5,63%</b>
Comércio	9.932	16,77%	22.388	22,31%	<b>6,08%</b>
Serviços	14.484	24,46%	24.652	24,56%	<b>3,48%</b>
Adm.Pública	8.119	13,71%	14.570	14,52%	<b>4,46%</b>
Agropecuária	7.578	12,80%	9.679	9,64%	<b>1,16%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>59.222</b>	<b>100%</b>	<b>100.355</b>	<b>100%</b>	<b>3,71%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

Nesta região merece destaque a participação cada vez menos expressiva das atividades agropecuárias, bem como a baixa participação do setor da construção civil.

No primeiro caso, explica-se pelo fato de que as atividades informais prevalecem no setor agrícola, especialmente neste espaço geográfico onde ainda predomina a estrutura fundiária com médias e grandes propriedades. Já a construção civil parece ser um setor ainda em estruturação e dependente da dinâmica das cidades maiores, especialmente de Lages e São Joaquim, considerando-se que a grande maioria dos demais municípios é de pequeno porte, o que talvez ainda possibilite a permanência da forma clássica de organização desse setor, ou seja, com presença de relações informais de trabalho.

A tabela 8 apresenta a evolução da participação de gênero no agregado regional. Mesmo que tenha ocorrido crescimento da participação das mulheres ao longo do período analisado, o trabalho masculino ainda é bastante preponderante. Assim, no último ano da série os homens ainda respondiam por mais de 58% de todos os PFT da mesorregião, mesmo diante de um cenário em que a taxa anual de crescimento da participação da mulher foi de 6,26%, perante uma taxa de 2,27% dos homens.

**Tabela 8:** Distribuição dos PFT por gênero entre 2001 e 2014

Mesorregião Serrana	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
<b>Masculino</b>	41.254	69,66%	58.532	58,32%	<b>2,27%</b>
<b>Feminino</b>	17.968	30,34%	41.823	41,68%	<b>6,26%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>59.222</b>	100%	<b>100.355</b>	100%	<b>3,71%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

A tabela 9 apresenta as informações sobre a escolaridade dos trabalhadores empregados formalmente na região. Em primeiro lugar, é preciso destacar a grande mudança ocorrida no grupo de trabalhadores com poucos anos de estudos. Assim, observa-se que no ano de 2001 mais de 65% dos PFT eram ocupados por pessoas que tinham até o nível fundamental completo. Em 2014 esse percentual caiu para 30,37%, o que pode estar revelando que o mercado está demandando uma mão de obra mais qualificada.

O reflexo dessa mudança aparece claramente quando analisamos o grande crescimento de trabalhadores com nível médio, tanto completo como incompleto. Com isso, nota-se que a participação desse quesito (nível médio) aumentou de 24,58%, em 2001, para 51,7%, em 2014, com destaque para o expressivo crescimento dos trabalhadores com nível médio completo. Já a participação dos trabalhadores com ensino superior subiu de 9,65%, em 2001, para 17,93%, em 2014, destacando-se que as

taxas anuais de crescimento dos trabalhadores com nível superior completo foram de 9,91% durante o período considerado.

**Tabela 9:** Distribuição dos PFT por escolaridade entre 2001 e 2014

Mesorregião Serrana	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Analfabeto	822	1,39%	414	0,41%	-5,12%
Fundamental Incompleto	26.884	45,40%	17094	17,03%	-4,17%
Fundamental Completo	11.250	19,00%	12976	12,93%	0,47%
Médio Incompleto	4.344	7,34%	7345	7,32%	3,57%
Médio Completo	10.209	17,24%	44537	44,38%	11,08%
Superior Incompleto	1.852	3,13%	4244	4,23%	5,51%
Superior Completo	3.861	6,52%	13745	13,70%	9,91%
<b>TOTAL</b>	<b>59.222</b>	<b>100%</b>	<b>100.355</b>	<b>100%</b>	<b>3,71%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

Mas essa melhoria considerável no nível de escolaridade dos trabalhadores formais não foi acompanhada de uma correspondente melhoria dos níveis salariais, conforme mostra a tabela 10. Assim, nota-se que a grande maioria dos trabalhadores, quase 62% no último ano da série, recebia até dois salários mínimos mensais. Em todas as demais faixas de renda observa-se um movimento inverso, ou seja, ocorreu redução da participação das faixas de renda entre o primeiro e o último ano da série a partir do piso de dois salários mínimos, revelando que a expansão dos PFT se deu fundamentalmente nas faixas com menores salários, mesmo que o nível de escolaridade dos trabalhadores tenha se ampliado. Registre-se, ainda, a expressiva redução no último ano da série da participação das faixas acima de cinco salários mínimos.

**Tabela 10:** Distribuição dos PFT por remuneração entre 2001 e 2014

Mesorregião Serrana	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Até 0,5	321	0,54%	368	0,37%	2,24%
De 0,5 a 1	2.412	4,07%	4262	4,25%	4,66%
De 1,01 a 2	29.041	49,04%	57481	57,28%	4,86%
De 2,01a 3	12.452	21,03%	18440	18,37%	2,22%
De 3,01 a 5	8.413	14,21%	10350	10,31%	1,16%
De 5,01 a 10	4.684	7,91%	4669	4,65%	-0,93%
De 10,01 a 20	1.414	2,39%	1040	1,04%	-4,00%
Mais de 20	422	0,71%	167	0,17%	-9,17%
Ignorado	63	0,11%	3578	3,57%	31,41%
<b>TOTAL</b>	<b>59.222</b>	<b>100%</b>	<b>100.355</b>	<b>100%</b>	<b>3,71%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

## 2.3-MESORREGIÃO DO VALE DO ITAJAÍ

A Tabela 11 apresenta a evolução dos PFT por setor de atividade no período considerado. Inicialmente observa-se que, mesmo mantendo-se como o principal setor empregador de PFT, a indústria de transformação sofreu uma ligeira queda, passando a responder por 36,77% dos empregos formais. Em sentido contrário, nota-se o crescimento da participação dos setores do comércio e de serviços, que juntos passaram a responder por 48,77% de todos os empregos formais. Se a estes dois setores somarmos as informações relativas à indústria de transformações, verificamos que 85,54% dos PFT da mesorregião dependem desses três setores de atividade econômica.

**Tabela 11:** Distribuição dos PFT por setor de atividade entre 2001 e 2014

Mesorregião Vale do Itajaí	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Extrativa Mineral	781	0,27%	1.277	0,22%	<b>4,18%</b>
Ind.Transformação	122.370	42,42%	215.146	36,77%	<b>4,67%</b>
Serv.Ind.Util.Pública	2.323	0,81%	3.533	0,60%	<b>3,23%</b>
Construção Civil	7.958	2,76%	29.241	5,00%	<b>12,18%</b>
Comércio	54.445	18,87%	125.110	21,38%	<b>6,68%</b>
Serviços	73.927	25,63%	160.259	27,39%	<b>6,19%</b>
Adm. Pública	22.536	7,81%	45.195	7,72%	<b>4,75%</b>
Agropecuária	4.142	1,44%	5.352	0,91%	<b>1,34%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>288.482</b>	<b>100%</b>	<b>585.113</b>	<b>100%</b>	<b>5,71%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

Nesta região merece destaque a participação cada vez menos expressiva das atividades agropecuárias, bem como a baixa participação do setor da construção civil. No primeiro caso, explica-se pelo fato de que as atividades informais prevalecem no setor agrícola, especialmente neste espaço geográfico dominado por uma estrutura produtiva familiar de pequena escala. Já a construção civil, embora com taxas anuais de crescimento da ordem de 12,18% no período, mantém uma participação percentual não superior a 5% do total dos PFT. Finalmente, deve-se registrar que o setor da administração pública também registrou uma pequena queda de sua participação nos empregos formais totais ao longo do período analisado, situando-se atualmente abaixo de 8% do total.

A tabela 12 apresenta a evolução da participação de gênero no agregado regional. Mesmo que tenha ocorrido crescimento da participação das mulheres ao longo

do período analisado, o trabalho masculino ainda é preponderante. Assim, no último ano da série os homens ainda respondiam por mais de 55% de todos os PFT da mesorregião, mesmo diante de um cenário em que a taxa anual de crescimento da participação da mulher foi de 6,42%, perante uma taxa de 5,15% dos homens.

**Tabela 12:** Distribuição dos PFT por gênero entre 2001 e 2014

Mesorregião Vale do Itajaí	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Masculino	168.197	58,30%	319.682	54,64%	<b>5,15%</b>
Feminino	120.285	41,70%	265.431	45,36%	<b>6,42%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>288.482</b>	100%	<b>585.113</b>	100%	<b>5,71%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

A tabela 13 apresenta as informações sobre a escolaridade dos trabalhadores empregados formalmente na região. Em primeiro lugar, é preciso destacar a grande mudança ocorrida no grupo de trabalhadores com poucos anos de estudos. Assim, observa-se que no ano de 2001 mais de 60,18% dos PFT eram ocupados por pessoas que tinham até o nível fundamental completo. Em 2014 esse percentual caiu para 28,68%, com destaque para a expressiva queda da participação dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto.

**Tabela 13:** Distribuição dos PFT por escolaridade entre 2001 e 2014

Mesorregião Vale do Itajaí	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Analfabeto	1.962	0,68%	1728	0,30%	<b>0,27%</b>
Fundamental Incompleto	98.374	34,10%	73398	12,54%	<b>-2,04%</b>
Fundamental Completo	73.283	25,40%	92684	15,84%	<b>2,04%</b>
Médio Incompleto	32.379	11,22%	57507	9,83%	<b>4,42%</b>
Médio Completo	52.806	18,30%	249542	42,65%	<b>12,24%</b>
Superior Incompleto	10.899	3,78%	29553	5,05%	<b>7,90%</b>
Superior Completo	18.779	6,51%	80701	13,79%	<b>11,03%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>288.482</b>	100%	<b>585.113</b>	100%	<b>5,71%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

O reflexo dessa mudança aparece claramente quando analisamos o grande crescimento de trabalhadores com nível médio, tanto completo como incompleto. Com isso, nota-se que a participação desse quesito (nível médio) aumentou de 29,52%, em 2001, para 52,48%, em 2014, com destaque para o expressivo crescimento dos trabalhadores com nível médio completo, que respondem por 42,65% de todos os PFT. Já a participação dos trabalhadores com ensino superior subiu de 10,29%, em 2001,

para 18,84%, em 2014, destacando-se que as taxas anuais de crescimento dos trabalhadores com nível superior completo foram de 11,03% durante o período considerado.

Mas essa melhoria considerável no nível de escolaridade dos trabalhadores formais não foi acompanhada de uma correspondente melhoria dos níveis salariais, conforme mostra a tabela 14. Assim, nota-se que uma parcela expressiva dos trabalhadores (47,71%) ainda recebia até dois salários mínimos mensais. Em todas as demais faixas de renda observa-se um movimento inverso, ou seja, ocorreu redução da participação das faixas de renda entre o primeiro e o último ano da série a partir do piso de dois salários mínimos, revelando que a expansão dos PFT se deu fundamentalmente nas faixas com menores salários, mesmo que o nível de escolaridade dos trabalhadores tenha se ampliado.

**Tabela 14:** Distribuição dos PFT por remuneração entre 2001 e 2014

Mesorregião Vale Itajaí	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Até 0,5	304	0,11%	1208	0,21%	<b>9,11%</b>
De 0,5 a 1	5.943	2,06%	13286	2,27%	<b>6,31%</b>
De 1,01 a 2	100.315	34,77%	264643	45,23%	<b>7,58%</b>
De 2,01a 3	87.880	30,46%	155410	26,56%	<b>4,55%</b>
De 3,01 a 5	54.113	18,76%	87732	14,99%	<b>3,78%</b>
De 5,01 a 10	27.986	9,70%	35711	6,10%	<b>1,69%</b>
De 10,01 a 20	7.938	2,75%	8452	1,44%	<b>-0,16%</b>
Mais de 20	3.394	1,18%	1719	0,29%	<b>-6,29%</b>
Ignorado	609	0,21%	16952	2,90%	<b>27,31%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>288.482</b>	<b>100%</b>	<b>585.113</b>	<b>100%</b>	<b>5,71%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

Registre-se, ainda, a expressiva redução no último ano da série da participação no total dos PFT das faixas salariais entre dois e cinco salários mínimos e da praticamente inexpressiva participação das faixas acima de dez salários.

## 2.4-MESORREGIÃO NORTE

A Tabela 15 apresenta a evolução dos PFT por setor de atividade no período considerado. Inicialmente observa-se que, mesmo mantendo-se como o principal setor empregador de PFT, a indústria de transformação sofreu uma ligeira queda, passando a responder por 41,02% dos empregos formais. Em sentido contrário, nota-se o

crescimento da participação dos setores do comércio e de serviços, que juntos passaram a responder por 45,62% de todos os empregos formais. Se a estes dois setores somarmos as informações relativas à indústria de transformações, verificamos que 86,64% dos PFT da mesorregião dependem desses três setores de atividade econômica.

**Tabela 15:** Distribuição dos PFT por setor de atividade entre 2001 e 2014

Mesorregião Norte Catarinense	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Extrativa Mineral	360	0,16%	1.042	0,24%	<b>8,93%</b>
Ind.Transformação	109.328	47,47%	177.972	41,02%	<b>3,80%</b>
Serv.Ind.Util.Pública	1.471	0,64%	3.492	0,80%	<b>7,10%</b>
Construção Civil	5.423	2,35%	14.090	3,25%	<b>9,67%</b>
Comércio	34.163	14,83%	79.190	18,25%	<b>6,60%</b>
Serviços	59.359	25,77%	118.742	27,37%	<b>4,97%</b>
Adm.Pública	16.819	7,30%	32.822	7,57%	<b>5,18%</b>
Agropecuária	3.391	1,47%	6.507	1,50%	<b>4,56%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>230.314</b>	<b>100%</b>	<b>433.857</b>	<b>100%</b>	<b>4,87%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

Nesta região merece destaque a participação cada vez menos expressiva das atividades agropecuárias, bem como a baixa participação do setor da construção civil. No primeiro caso, explica-se pelo fato de que as atividades informais prevalecem no setor agrícola, especialmente neste espaço geográfico dominado por uma estrutura produtiva familiar de pequena escala. Já a construção civil, embora com taxas anuais de crescimento da ordem de 9,67% no período, mantém uma participação percentual um pouco superior a 3% do total dos PFT. Finalmente, deve-se registrar que o setor da administração pública também registrou um pequeno crescimento de sua participação nos empregos formais totais ao longo do período analisado, porém situando-se atualmente abaixo de 8% do total.

A tabela 16 apresenta a evolução da participação de gênero no agregado regional. Mesmo que tenha ocorrido crescimento da participação das mulheres ao longo do período analisado, o trabalho masculino ainda é preponderante. Assim, no último ano da série os homens ainda respondiam por mais de 55,62% de todos os PFT da mesorregião, mesmo diante de um cenário em que a taxa anual de crescimento da participação da mulher foi de 6,79%, perante uma taxa de 3,60% dos homens. Em termos absolutos significou que mais de cento e doze mil mulheres passaram a ter relações formais de trabalho durante o período considerado.

**Tabela 16:** Distribuição dos PFT por gênero entre 2001 e 2014

Mesorregião Norte Catarinense	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
<b>Masculino</b>	150.429	65,31%	241.299	55,62%	<b>3,60%</b>
<b>Feminino</b>	79.885	34,69%	192.558	44,38%	<b>6,79%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>230.314</b>	100%	<b>433.857</b>	100%	<b>4,87%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

A tabela 17 apresenta as informações sobre a escolaridade dos trabalhadores empregados formalmente na região. Em primeiro lugar, é preciso destacar a grande mudança ocorrida no grupo de trabalhadores com poucos anos de estudos. Assim, observa-se que no ano de 2001 aproximadamente 50% dos PFT eram ocupados por pessoas que tinham até o nível fundamental completo. Em 2014 esse percentual caiu para 25,55%, com destaque para a expressiva queda da participação dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto.

**Tabela 17:** Distribuição dos PFT por escolaridade entre 2001 e 2014

Mesorregião Norte Catarinense	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
<b>Analfabeto</b>	1.783	0,77%	806	0,19%	<b>-4,50%</b>
<b>Fundamental Incompleto</b>	63.412	27,53%	42721	9,85%	<b>-3,15%</b>
<b>Fundamental Completo</b>	59.190	25,70%	67307	15,51%	<b>0,58%</b>
<b>Médio Incompleto</b>	25.152	10,92%	35886	8,27%	<b>2,47%</b>
<b>Médio Completo</b>	56.006	24,32%	200837	46,29%	<b>9,78%</b>
<b>Superior Incompleto</b>	7.831	3,40%	19048	4,39%	<b>6,59%</b>
<b>Superior Completo</b>	16.940	7,36%	67252	15,50%	<b>10,58%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>230.314</b>	100%	<b>433.857</b>	100%	<b>4,87%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

O reflexo dessa mudança aparece claramente quando analisamos o grande crescimento de trabalhadores com nível médio, tanto completo como incompleto. Com isso, nota-se que a participação desse quesito (nível médio) aumentou de 35,24%, em 2001, para 54,56%, em 2014, com destaque para o expressivo crescimento dos trabalhadores com nível médio completo, que respondem por 46,29% de todos os PFT. Já a participação dos trabalhadores com ensino superior subiu de 10,76%, em 2001, para 19,89%, em 2014, destacando-se que as taxas anuais de crescimento dos trabalhadores com nível superior completo foram de 10,58% durante o período considerado.

Mas essa melhoria considerável no nível de escolaridade dos trabalhadores formais não foi acompanhada de uma correspondente melhoria dos níveis salariais, conforme mostra a tabela 18. Assim, nota-se que uma parcela expressiva dos trabalhadores (45,95%) ainda recebia até dois salários mínimos mensais. Em todas as demais faixas de renda observa-se um movimento inverso, ou seja, ocorreu redução da participação das faixas de renda entre o primeiro e o último ano da série a partir do piso de dois salários mínimos, revelando que a expansão dos PFT se deu fundamentalmente nas faixas com menores salários, mesmo que o nível de escolaridade dos trabalhadores tenha se ampliado.

**Tabela 18:** Distribuição dos PFT por remuneração entre 2001 e 2014

Mesorregião Norte Catarinense	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Até 0,5	230	0,10%	905	0,21%	<b>7,48%</b>
De 0,5 a 1	3.442	1,49%	9946	2,29%	<b>7,71%</b>
De 1,01 a 2	60.145	26,11%	188524	43,45%	<b>8,95%</b>
De 2,01a 3	66.503	28,87%	111252	25,64%	<b>3,68%</b>
De 3,01 a 5	55.695	24,18%	66287	15,28%	<b>0,79%</b>
De 5,01 a 10	30.343	13,17%	35306	8,14%	<b>0,77%</b>
De 10,01 a 20	10.219	4,44%	8570	1,98%	<b>-2,31%</b>
Mais de 20	3.228	1,40%	1825	0,42%	<b>-6,38%</b>
Ignorado	509	0,22%	11242	2,59%	<b>26,74%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>230.314</b>	<b>100%</b>	<b>433.857</b>	<b>100%</b>	<b>4,87%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

Registre-se, ainda, a expressiva redução no último ano da série da participação no total dos PFT das faixas salariais entre cinco e dez salários mínimos e da praticamente inexpressiva participação das faixas acima de dez salários.

## 2.5-MESORREGIÃO DA GANDE FLORIANÓPOLIS

A Tabela 19 apresenta a evolução dos PFT por setor de atividade no período considerado. Inicialmente observa-se a baixa participação da indústria de transformação na geração de PFT na região, uma vez que no último ano da série este setor respondia por apenas 9,05% dos empregos formais. Em sentido contrário, nota-se o crescimento da participação dos setores do comércio e de serviços, que juntos passaram a responder por 62,32% % de todos os empregos formalizados. Nesta mesorregião destaca-se também a expressiva participação do setor de administração pública, que respondia por

21,22% de todos os PFT. Assim, se somarmos este setor com o comércio e serviços, verificamos que 83,54% dos PFT da mesorregião dependem desses três setores de atividade econômica.

**Tabela 19:** Distribuição dos PFT por setor de atividade entre 2001 e 2014

Mesorregião Grande Florianópolis	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Extrativa Mineral	437	0,18%	634	0,13%	<b>3,82%</b>
Ind.Transformação	20.906	8,65%	44.809	9,05%	<b>6,24%</b>
Serv.Ind.Util.Pública	4.806	1,99%	6.108	1,23%	<b>3,27%</b>
Construção Civil	10.655	4,41%	27.337	5,52%	<b>7,57%</b>
Comércio	37.731	15,61%	88.306	17,83%	<b>6,91%</b>
Serviços	81.490	33,71%	220.412	44,49%	<b>7,98%</b>
Adm.Pública	82.802	34,25%	105.109	21,22%	<b>1,40%</b>
Agropecuária	2.922	1,21%	2.677	0,54%	<b>-2,35%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>241.749</b>	<b>100%</b>	<b>495.392</b>	<b>100%</b>	<b>5,65%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

Nesta região merece destaque a participação cada vez menos expressiva das atividades agropecuárias e extrativas minerais. Além disso, registra-se a baixa expansão do setor da construção civil no agregado regional. Este último setor, mesmo apresentando taxas anuais de crescimento da ordem de 7,57% no período, tem uma participação absoluta pouco expressiva, comparativa aos setores de comércio e serviços. De certo modo, o boom imobiliário que ocorreu na região parece não ser tão expressivo como se imagina, uma vez que ao longo do período considerado foram acrescentados apenas 17 mil novos postos de trabalho.

A tabela 20 apresenta a evolução da participação de gênero no agregado regional. Com taxas de crescimento expressivas das mulheres ao longo do período analisado, observa-se que nesta mesorregião ocorreu uma das maiores aproximações entre a participação de homens e mulheres. Com isso, no último ano da série os homens respondiam por mais de 52,35% de todos os PFT da mesorregião, enquanto as mulheres atingiram 47,65%. Isto porque a taxa anual de crescimento da participação das mulheres foi de 6,51%, perante uma taxa de 4,95% dos homens. Em termos absolutos significou que mais de cento e trinta e quatro mil mulheres passaram a ter relações formais de trabalho durante o período considerado.

**Tabela 20:** Distribuição dos PFT por gênero entre 2001 e 2014

Mesorregião Grande Florianópolis	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
<b>Masculino</b>	138.958	57,48%	259.332	52,35%	<b>4,95%</b>
<b>Feminino</b>	102.791	42,52%	236.060	47,65%	<b>6,51%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>241.749</b>	100%	<b>495.392</b>	100%	<b>5,65%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

A tabela 21 apresenta as informações sobre a escolaridade dos trabalhadores empregados formalmente na região. Em primeiro lugar, é preciso destacar a grande redução no último ano da série na participação do grupo de trabalhadores com poucos anos de estudos. Com isso, observa-se que o percentual de trabalhadores enquadrados nesta categoria (poucos anos de estudos) caiu para 20,28%.

**Tabela 21:** Distribuição dos PFT por escolaridade entre 2001 e 2014

Mesorregião Grande Florianópolis	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
<b>Analfabeto</b>	1.725	0,71%	1028	0,21%	<b>-1,67%</b>
<b>Fundamental Incompleto</b>	43.259	17,89%	46972	9,48%	<b>0,45%</b>
<b>Fundamental Completo</b>	46.035	19,04%	52476	10,59%	<b>1,01%</b>
<b>Médio Incompleto</b>	19.005	7,86%	30219	6,10%	<b>3,51%</b>
<b>Médio Completo</b>	70.615	29,21%	200325	40,44%	<b>8,24%</b>
<b>Superior Incompleto</b>	11.070	4,58%	22380	4,52%	<b>5,57%</b>
<b>Superior Completo</b>	50.040	20,70%	141992	28,66%	<b>8,15%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>241.749</b>	100%	<b>495.392</b>	100%	<b>5,65%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

O reflexo dessa mudança aparece claramente quando analisamos o grande crescimento de trabalhadores com nível médio, tanto completo como incompleto. Com isso, nota-se que a participação desse quesito (nível médio) aumentou para 46,54%, em 2014, com destaque para o expressivo crescimento dos trabalhadores com nível médio completo, que respondem por mais de 40% de todos os PFT. Já a participação dos trabalhadores com ensino superior subiu para 33,18%, em 2014, destacando-se que as maiores taxas anuais de crescimento foram dos trabalhadores com nível superior completo. Assim, configurou-se um cenário em que 40,44% dos empregos são ocupados por trabalhadores com ensino médio completo e 28,66% com ensino superior completo.

Mas essa melhoria considerável no nível de escolaridade dos trabalhadores formais não foi acompanhada de uma correspondente melhoria dos níveis salariais para todas as faixas de rendimento, conforme mostra a tabela 22. Assim, nota-se que uma parcela importante dos trabalhadores (35,46%) ainda recebia até dois salários mínimos mensais. Em todas as demais faixas de renda observa-se um movimento inverso, ou seja, ocorreu redução da participação das faixas de renda entre o primeiro e o último ano da série a partir do piso de dois salários mínimos, revelando que a expansão dos PFT se deu fundamentalmente nas faixas com menores salários, mesmo que o nível de escolaridade dos trabalhadores tenha se ampliado.

**Tabela 22:** Distribuição dos PFT por remuneração entre 2001 e 2014

Mesorregião Grande Florianópolis	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Até 0,5	293	0,10%	1124	0,19%	<b>9,87%</b>
De 0,5 a 1	4.423	1,53%	15436	2,64%	<b>10,46%</b>
De 1,01 a 2	52.769	18,29%	190924	32,63%	<b>10,28%</b>
De 2,01 a 3	60.394	20,94%	103464	17,68%	<b>3,30%</b>
De 3,01 a 5	53.657	18,60%	74811	12,79%	<b>2,90%</b>
De 5,01 a 10	42.245	14,64%	62881	10,75%	<b>2,32%</b>
De 10,01 a 20	18.259	6,33%	25847	4,42%	<b>2,64%</b>
Mais de 20	9.263	3,21%	8955	1,53%	<b>-0,83%</b>
Ignorado	446	0,15%	11950	2,04%	<b>25,50%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>288.482</b>	<b>100%</b>	<b>585.113</b>	<b>100%</b>	<b>5,65%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

Mas diferentemente das demais mesorregiões, na Grande Florianópolis registra-se uma participação importante das faixas salariais entre cinco e vinte salários mínimos, uma vez que no último ano da série as mesmas respondiam por mais de 15%. Além disso, deve-se mencionar que a faixa entre dois e cinco salários respondia por mais de 30% do total, demonstrando uma maior distribuição dos empregos por faixas salariais.

## 2.6-MESORREGIÃO SUL

A Tabela 23 apresenta a evolução dos PFT por setor de atividade no período considerado. Inicialmente observa-se que, mesmo mantendo-se como o principal setor empregador de PFT, a indústria de transformação sofreu uma ligeira queda, passando a responder por 33,79% dos empregos formais. Em sentido contrário, nota-se o crescimento da participação dos setores do comércio e de serviços, que juntos passaram

a responder por 49,01% de todos os empregos formais. Se a estes dois setores somarmos as informações relativas à indústria de transformações, verificamos que 82,80% dos PFT da mesorregião dependem desses três setores de atividade econômica.

**Tabela 23:** Distribuição dos PFT por setor de atividade entre 2001 e 2014

Mesorregião Sul Catarinense	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Extrativa Mineral	3.487	2,39%	4.901	1,75%	<b>2,59%</b>
Ind.Transformação	51.210	35,06%	94.491	33,79%	<b>4,87%</b>
Serv.Ind.Util.Pública	2.371	1,62%	2.671	0,96%	<b>0,53%</b>
Construção Civil	6.779	4,64%	13.026	4,66%	<b>5,79%</b>
Comércio	27.985	19,16%	65.187	23,31%	<b>6,62%</b>
Serviços	34.884	23,88%	71.866	25,70%	<b>5,87%</b>
Adm.Pública	16.527	11,32%	24.995	8,94%	<b>4,15%</b>
Agropecuária	2.812	1,93%	2.533	0,91%	<b>-2,37%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>146.055</b>	<b>100%</b>	<b>279.670</b>	<b>100%</b>	<b>5,25%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

Nesta região merece destaque a participação cada vez menos expressiva das atividades agropecuárias, bem como a baixa participação do setor da construção civil. No primeiro caso, explica-se pelo fato de que as atividades informais prevalecem no setor agrícola, especialmente neste espaço geográfico dominado por uma estrutura produtiva familiar de pequena escala. Já a construção civil, embora com taxas anuais de crescimento da ordem de 5,79% no período, mantém uma participação percentual um pouco superior a 4% do total dos PFT. Finalmente, deve-se registrar que o setor da administração pública apresentou uma ligeira queda em sua participação nos empregos formais totais no último ano do período analisado, situando-se abaixo de 9% do total.

A tabela 24 apresenta a evolução da participação de gênero no agregado regional. Mesmo que tenha ocorrido crescimento da participação das mulheres ao longo do período analisado, o trabalho masculino ainda é preponderante. Assim, no último ano da série os homens ainda respondiam por mais de 56,03% de todos os PFT da mesorregião, mesmo diante de um cenário em que a taxa anual de crescimento da participação da mulher foi de 6,47%, perante uma taxa de 4,40% dos homens. Em termos absolutos significou que aproximadamente setenta mil mulheres passaram a ter relações formais de trabalho durante o período considerado.

**Tabela 24:** Distribuição dos PFT por gênero entre 2001 e 2014

Mesorregião Sul Catarinense	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Masculino	91.147	62,41%	156.711	56,03%	<b>4,40%</b>
Feminino	54.908	37,59%	122.959	43,97%	<b>6,47%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>146.055</b>	100%	<b>279.670</b>	100%	<b>5,25%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

A tabela 25 apresenta as informações sobre a escolaridade dos trabalhadores empregados formalmente na região. Em primeiro lugar, é preciso destacar a grande mudança ocorrida no grupo de trabalhadores com poucos anos de estudos. Assim, observa-se que no ano de 2014 apenas 23,95% dos PFT eram ocupados por pessoas que tinham até o nível fundamental completo, destacando-se a expressiva queda da participação dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto.

**Tabela 25:** Distribuição dos PFT por escolaridade entre 2001 e 2014

Mesorregião Sul Catarinense	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Analfabeto	1.752	1,20%	503	0,18%	<b>-5,46%</b>
Fundamental Incompleto	52.614	36,02%	34167	12,22%	<b>-2,94%</b>
Fundamental Completo	31.297	21,43%	32307	11,55%	<b>0,35%</b>
Médio Incompleto	15.001	10,27%	23824	8,52%	<b>3,26%</b>
Médio Completo	29.832	20,43%	141807	50,71%	<b>11,46%</b>
Superior Incompleto	4.886	3,35%	11586	4,14%	<b>6,76%</b>
Superior Completo	10.673	7,31%	35476	12,68%	<b>9,19%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>146.055</b>	100%	<b>279.670</b>	100%	<b>5,25%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

O reflexo dessa mudança aparece claramente quando analisamos o grande crescimento de trabalhadores com nível médio, tanto completo como incompleto. Com isso, nota-se que a participação desse quesito (nível médio) aumentou de 30,70%, em 2001, para 59,23%, em 2014, com destaque para o expressivo crescimento dos trabalhadores com nível médio completo, que respondiam por 50,71% de todos os PFT. Já a participação dos trabalhadores com ensino superior subiu para 16,82%, em 2014, destacando-se que as taxas anuais de crescimento dos trabalhadores com nível superior completo foram de 9,19% durante o período considerado.

Mas essa melhoria considerável no nível de escolaridade dos trabalhadores formais não foi acompanhada de uma correspondente melhoria dos níveis salariais, conforme mostra a tabela 26. Assim, nota-se que uma parcela expressiva dos

trabalhadores (55,31%) ainda recebia até dois salários mínimos mensais. Em todas as demais faixas de renda observa-se um movimento inverso, ou seja, ocorreu redução da participação das faixas de renda entre o primeiro e o último ano da série a partir do piso de dois salários mínimos, revelando que a expansão dos PFT se deu fundamentalmente nas faixas com menores salários, mesmo que o nível de escolaridade dos trabalhadores tenha se ampliado.

**Tabela 26:** Distribuição dos PFT por remuneração entre 2001 e 2014

Mesorregião Sul Catarinense	2001	%	2014	%	Tx. % a.a
Até 0,5	159	0,11%	642	0,23%	<b>9,96%</b>
De 0,5 1	4.283	2,93%	8146	2,91%	<b>4,38%</b>
De 1,01 a 2	62.004	42,45%	145911	52,17%	<b>7,19%</b>
De 2,01a 3	35.804	24,51%	64748	23,15%	<b>4,07%</b>
De 3,01 a 5	25.222	17,27%	34334	12,28%	<b>2,23%</b>
De 5,01 a 10	13.113	8,98%	14245	5,09%	<b>0,20%</b>
De 10,01 a 20	4.015	2,75%	3272	1,17%	<b>-2,65%</b>
Mais de 20	1.257	0,86%	500	0,18%	<b>-9,53%</b>
Ignorado	198	0,14%	7872	2,81%	<b>29,93%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>146.055</b>	<b>100%</b>	<b>279.670</b>	<b>100%</b>	<b>5,25%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

Já as faixas salariais entre dois e cinco salários respondiam por 35,43% do empregos formais. Registre-se, ainda, a expressiva redução no último ano da série da participação dos PFT das faixas salariais entre cinco e dez salários mínimos e da inexpressiva participação das faixas acima de dez salários.

### 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados nas diversas mesorregiões mostram que se consolidou uma tendência geral de concentração do emprego formal no setor terciário da economia, com destaque para a expansão em ramos de atividade que tradicionalmente tinham altas taxas de informalidade, como é o caso do comércio e de serviços em geral. Todavia, deve-se registrar que em algumas mesorregiões (Oeste, Norte e Vale do Itajaí) o setor da indústria da transformação ainda é bastante relevante na geração de PFT no contexto regional.

De uma maneira geral, observa-se que três setores (indústria de transformação, comércio e serviços) respondiam por quase 80% de todos os PFT gerados nas

mesorregiões, exceto na mesorregião da Grande Florianópolis onde a indústria de transformação é inexpressiva. Registre-se que nesta região, diferentemente de todas as demais, o setor de administração pública respondia por mais de 21% dos empregos formais regionais.

Um segundo aspecto destacado é a expansão da participação das mulheres em praticamente todas as mesorregiões estudadas. No geral, nota-se que o número de mulheres empregadas formalmente cresceu acima da média estadual e acima da própria média masculina. Todavia, em alguns locais, como ocorreu na mesorregião Serrana, a diferença percentual entre homens e mulheres ainda continua elevada. O contrário ocorreu na Grande Florianópolis, onde os percentuais de participação entre homens e mulheres estão bastante próximos.

Do ponto de vista do quesito escolaridade, verifica-se que todas as mesorregiões apresentaram tendências bastante semelhantes, embora permaneçam algumas diferenças entre elas. Inicialmente merece destaque a redução expressiva da participação dos trabalhadores com ensino fundamental (incompleto e completo), sendo que na Grande Florianópolis apenas 20% dos empregados formais tenha este nível de escolaridade. Nas demais mesorregiões este percentual ficou ao redor de 30%. Paralelamente a isso, observa-se uma grande concentração dos PFT na faixa de nível médio, com destaque para a mesorregião Sul onde 59% dos PFT são ocupados por trabalhadores com este nível de escolaridade. Por fim, deve-se registrar que o número de empregados formais com nível superior cresceu muito em todas as regiões, destacando-se novamente o caso da Grande Florianópolis onde 33% de todos os PFT são ocupados por trabalhadores com nível superior. Essas informações confirmam que de fato houve uma expressiva qualificação da mão-de-obra formal ao longo do período considerado, uma vez que a maioria dos PFT atualmente se situa nas faixas de escolaridade relativas ao ensino médio completo e ensino superior. Isso pode estar indicando uma melhoria na qualificação do conjunto do mercado de trabalho no estado de Santa Catarina, dado os efeitos irradiadores desse processo sobre o comportamento dos agentes econômicos.

Este aspecto positivo, todavia, não se traduziu em uma melhoria considerável dos níveis de renda, uma vez que em praticamente todas as mesorregiões a grande maioria dos PFT recebe até dois salários mínimos. Neste caso, destaca-se a região Serrana onde 62% dos empregados formais recebiam até o limite desta faixa salarial. Apenas a Grande Florianópolis apresentou uma distribuição mais equitativa entre as faixas salariais, uma vez que 66% de todos os PFT se situavam no patamar de até cinco salários mínimos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. (1997). *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Scritta, 232 p.
- BALTAR, Paulo, KREIN, José Dari e MORETTO, Amilton. O emprego formal nos anos recentes. Carta Social e do Trabalho n.3. Campinas, jan/abril 2006.
- BALTAR, Paulo. **Emprego, política de emprego e política econômica no Brasil**. Escritório da OIT no Brasil. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.2). Brasília: OIT, 2010.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. Prefácio. In: MATTOSO, Jorge Eduardo Levi, OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (org.). *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?* 2 ed. São Paulo: Scritta, 1997, p. 9-19.
- CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho: um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina**. Tubarão: Studium, 2004.
- CARDOSO JR., José Celso. Crise e desregulação do Trabalho no Brasil. Texto para discussão IPEA. Brasília, ago. 2001.
- CHAHAD, José Paulo Z. e PICCHETTI, Paulo (org.). Mercado de Trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais. São Paulo: LTr, 2003.
- COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Revista Economia e Sociedade**, n.1, ago. 1992.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: MATTOSO, Jorge Eduardo Levi, OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (org.). *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?* 2 ed. São Paulo: Scritta, 1997, p. 55-79.
- DIEESE-SC. Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina. Florianópolis, dez. 1996. Estudo Especial.
- GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.
- PEREIRA, J.M. Desemprego e flexibilização do emprego. Indicadores Econômicos FEE. V. 26 n.3 Porto Alegre, RS, 1998.
- POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.
- POCHMANN, Marcio. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.
- POCHMANN, Marcio. Perspectivas das relações de trabalho no Brasil no começo do século 21. In: CACCIAMALI, Maria Cristina; RIBEIRO, Rosana; MACAMBIRA, Júnior; Org.(s). **Século 21: transformações e continuidade nas relações de trabalho**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Universidade de São Paulo, 2011.
- PRONI, Marcelo W.; ROCHA, Thaíssa T. A OIT e a promoção do trabalho decente no Brasil. **Revista da ABET**, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, vol. IX, n. 1, jan-jun, 2010.
- PRONI, Marcelo W. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. **IE/UNICAMP**. n.188, 2011, p. 22.